



ATA DA DÉCIMA QUARTA (14ª) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Aos quatorze (14) dias do mês de março de dois mil e vinte e três (2023), às nove horas e quarenta minutos (9h40), reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis em Sessão Ordinária, no Plenário Teotônio Vilela, sob a Presidência do vereador Domingos Paula de Souza, secretariado por Cabo Fred Caixeta, Frederico Godoy, Cleide Hilário e Luzimar Silva. Estiveram presentes ainda: Andreia Rezende, Delcimar Fortunato, Edimilson Mercado Serve Bem, Eli Rosa, Hélio Araújo, Jakson Charles, Jean Carlos, João da Luz, João Feitosa, José Fernandes, Leandro Ribeiro, Lisieux José Borges, Policial Federal Suender, Professor Marcos, Reamilton Espíndola, Doutora Trícia Barreto e Thaís Souza. Justificou ausência: Seliane da SOS. O senhor presidente agradeceu a presença do padre Eli Ferreira Gomes e do padre Leonardo Tocchio Silva, e convidou para se assentar junto à Mesa Diretora o bispo auxiliar de Anápolis, dom Dilmo Franco de Campos. Realizada a verificação dos presentes, foi constatado quórum suficiente, e o senhor presidente declarou aberta a Sessão. - **PEQUENO EXPEDIENTE:** O senhor presidente solicitou ao vereador Lisieux José Borges que fizesse a leitura do texto bíblico. Solicitou também ao senhor primeiro secretário, vereador Cabo Fred Caixeta, que fizesse a leitura da Síntese da Ata da Sessão anterior. A ata completa foi colocada à disposição dos vereadores e vereadoras presentes e aprovada. Foi lido Projeto e encaminhado às Comissões: **1- Projeto de Lei Ordinária 44/2023**, de autoria da vereadora Doutora Trícia Barreto. Dispõe sobre o programa de disponibilização de contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel e dá outras providências. - Usaram a palavra: **FREDERICO GODOY:** Cumprimentou os presentes e falou sobre a Moção de Aplauso ao tenente Adriano Azevedo de Sousa, cabo Matheus Valadão Firmino e cabo Glauko Olivio de Oliveira, por uma ocorrência onde, no dia dez de novembro, trocaram tiros com três meliantes em poder de uma senhora de sessenta e seis anos, na Vila Jaiara, e a tiraram da situação de risco. - A Sessão foi suspensa para entrega de Moção de Aplausos aos policiais militares



tenente Adriano Azevedo de Sousa, cabo Matheus Valadão Firmino e cabo Glauko Olivio de Oliveira, os quais resgataram uma senhora em poder de três meliantes no dia dez de novembro passado, por iniciativa do vereador Frederico Godoy. - LISIEUX JOSÉ BORGES: Cumprimentou os presentes e agradeceu a presença do bispo auxiliar, dom Dilmo, e dos padres Eli Ferreira e Leonardo Tocchio. Falou sobre o tempo que a Igreja Católica celebra, a Quaresma, que dura quarenta dias. Falou também sobre a importância do jejum, da caridade e da oração. Explicou que a Igreja Católica apresenta sempre um tema para reflexão, e esse ano é Fraternidade e Fome, e disse que a fome é um escândalo em um país como o Brasil. - DOM DILMO FRANCO DE CAMPOS: Cumprimentou os presentes e agradeceu a oportunidade de falar sobre a Campanha da Fraternidade desse ano. Explicou a sua origem, com dom Helder Câmara, para sensibilizar todo o povo brasileiro sobre uma realidade. Explicou que em dois mil e vinte e três esse tema é a fome, baseados a partir de uma reflexão social as consequências do pecado, em especial da corrupção, onde as pessoas que têm a responsabilidade de dar uma resposta, não são eficazes no seu trabalho ou na sua função. A Campanha diz que há fome de pão, de Deus, de justiça, de fraternidade, daquilo que é próprio de cada ser humano, de que aquilo de que cada um tem direito lhe deve ser dado; e a fome é um dos resultados mais cruéis da desigualdade. Citando o papa Francisco, afirmou que onde há fome, não há democracia, e questionou onde está a democracia em nosso país. Apresentou algumas fotografias com imagens da periferia da cidade, e disse retratarem situações de precariedade, e falou sobre a importância de conhecer as realidades das periferias, onde as suas necessidades, carências e dificuldades são bem diferentes daqueles das regiões centrais. Disse ainda ouvir de muitas pessoas não existir fome no Brasil, mas isso é porque o Brasil e na cidade existem "bolsões de miséria". Apresentou cartazes de Campanhas da Fraternidade anteriores, tratando sobre a fome, e explicou terem sido já três campanhas com esse tema. Falou sobre a importância do trabalho da



Sociedade São Vicente de Paula, da Caritas Brasil, da Pastoral da Criança e das Paróquias, que têm um serviço de assistência às famílias que passam por necessidades. Explicou o objetivo da campanha, que é sensibilizar e trazer o tema da fome para a realidade, pois é um tema que não é abordado nos telejornais, e mesmo sendo contínuo, é ignorado. Falou sobre os três níveis de insegurança alimentar e comentou sobre cada um. Explicou que atualmente a obesidade e anemia convivem, e há pessoas obesas anêmicas, que não passam necessidades, mas têm uma má qualidade de alimentação. Criticou que o mercado tenha tecnologia para atender ao mercado “fitness”, mas não é capaz de dar uma resposta às pessoas que passam necessidades e precisam de uma melhor alimentação. Explicou que a Campanha apresenta propostas de ação em nível federal, estadual e municipal. Apresentou algumas propostas para que os Municípios possam desenvolver de maneira efetiva e concreta o combate à fome: “1. Implementar políticas públicas municipais eficazes para erradicação da fome”; explicou que esse primeiro passo é constatar onde estão esses “bolsões de fome” na cidade de Anápolis; “2. Incentivar a produção diversificada de alimentos na agricultura familiar; 3. Investir na alimentação escolar, uma vez que ela é a única refeição saudável de muitas crianças; 4. Valorizar a compra de alimentos da agricultura familiar para merenda escolar; 5. Promover o abastecimento popular: a comida produzida no campo precisa chegar às periferias, sem muitas mediações; 6. Ampliar os mercados populares de alimentos e as feiras livres; 7. Combater os lixões ilegais e dar a quem lá frequenta condições dignas de habitação, emprego e alimentação; 8. Estimular o pequeno produtor e o pequeno comércio”. Criticou a fala do presidente de que a fome seria devido porque “os gordinhos estão comendo demais”, e que a solução para esse problema está em outro patamar, e não em jargões simplistas. - JEAN CARLOS: Cumprimentou os presentes e agradeceu a presença de dom Dilmo Franco, do padre Leonardo Tocchio e do padre Eli Ferreira, e colocou-se à disposição do bispo para reforçar a importância das diretrizes apresentadas para erradicação da situação de fome no Brasil. Falou



sobre o reconhecimento dessa Casa pelo Jubileu de vinte e cinco anos de sacerdócio de dom Dilmo, e explicou que foi apresentada e aprovada por essa Casa uma Moção de Aplauso em comemoração a essa data. Explicou que também entregaria aos padres Eli e Leonardo a Lei que tombava a Praça dos Romeiros. Lembrou o acidente dos romeiros, o qual completa vinte e cinco anos em dois mil e vinte e três. Falou também sobre o Certificado de Honra ao Mérito a ser entregue aos dois sacerdotes. - A sessão foi suspensa para despedida do bispo auxiliar, dom Dilmo Franco de Campos, e para entrega de Certificado de Honra ao Mérito ao padre Eli Ferreira Gomes e ao padre Leonardo Tocchio Silva, e também da cópia da Lei Municipal nº 4.249, que determina o tombamento da Praça dos Romeiros, localizada no Jardim Alexandrina, como Patrimônio Histórico Municipal.- **GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram a palavra: PROFESSOR MARCOS: Cumprimentou os presentes e em especial os jovens que desempenham a função de menor aprendiz da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI). Fez elogios ao RENAPSI e argumentou sobre a visita daqueles adolescentes ao Legislativo Anapolino. - THAÍS SOUZA: Cumprimentou os presentes e aos ouvintes daquela sessão ordinária transmitida pela mídia. Fez menção ao “Dia Nacional dos Animais”. Criticou a ausência de políticas públicas e de delegacia especializada para atendimento de demandas da causa animal, no estado de Goiás. Argumentou sobre o seu projeto da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Veterinária. Argumentou ainda, sobre a relação de emendas impositivas encaminhadas à Anápolis pelo deputado federal, Major Vitor Hugo. Justificou a proposição que “Disponibiliza, por meio da rede municipal de saúde e bem-estar animal, atendimento veterinário itinerante para avaliar e tratar animais comunitários e animais de estimação tutelados por pessoas de baixa renda”, de sua autoria. - LUZIMAR SILVA: Cumprimentou os presentes e aos ouvintes daquela sessão ordinária transmitida pela mídia. Argumentou sobre o projeto denominado “Mãos Dadas” que realizava festa de aniversário para crianças carentes, e solicitou auxílio através da mídia social para votação



relacionado àquele evento. Comentou sobre a reinauguração de seu escritório político, no bairro Calixtópolis. Comentou ainda, sobre a Nota de Repúdio direcionada ao árbitro da partida do jogo de futebol dos times Goiás e Anápolis.

- CABO FRED CAIXETA: Cumprimentou os presentes e aos ouvintes daquela sessão ordinária transmitida pela mídia. Agradeceu a Secretária Municipal de Serviços Urbanos e Companhia Municipal de Trânsito, Transportes e Serviços Urbanos (CMTT) pelo atendimento de demandas de suas devidas competências; e ao prefeito de Anápolis pela disponibilização de terrenos para o Tiro de Guerra e Companhia de Policiamento Especializado (CPE). Convidou os demais vereadores a auxiliarem na reforma da nova localização física da CPE.

- POLICIAL FEDERAL SUENDER: Cumprimentou os presentes e leu alguns trechos de currículos de Andressa Rodrigues, perita judicial em documentoscopia; Marcela Lopes, perita judicial em documentoscopia; Samuel Feuerharmel, perito criminal da Policial Federal; e Sara Laís Lenharo, perita criminal aposentada e coordenadora da pesquisa de diagnóstico da perícia criminal no Brasil. Disse que em dezembro de dois mil e vinte uma “denúncia caluniosa” foi recebida pela Ouvidoria, a qual fazia menção à “suposta falsificação de assinatura de documentos oficiais expedidos por este vereador, acusando criminosamente” os servidores de seu gabinete para aquele fato. Disse que o processo estaria “carregado de atropelos”, e disse que gostaria de discorrer sobre o laudo extrajudicial, cuja existência foi citada em fevereiro e teria sido divulgado em partes pela imprensa. Disse que seus servidores, quando foram ouvidos pela Corregedoria da Câmara, negaram que eles ou qualquer outra pessoa assinaram qualquer documento em seu nome, e sempre presenciaram quando ele assinava qualquer documento, e isso não teria sido levado em consideração, e que eles foram acusados de falsidade. Disse que nos bastidores se especularia que sua esposa teria assinado em seu lugar, mas ela como policial federal de carreira há vinte e seis anos conhece a lei e saberia que isso é crime, e forneceria material para comparação grafológica aos órgãos oficiais e imparciais. Disse que teve conhecimento através de fotos



de parte do laudo, encaminhado pelo jornal "O Popular", confeccionado e assinado pelo perito Valmiro Assis Silva, e ressaltou que até o momento não recebeu cópia desse laudo de forma oficial, o qual estaria já há trinta dias "rodando na imprensa". Disse que esse perito foi contratado a custo de trinta mil reais, e a licitação teria sido dispensada, e disse que em uma pesquisa de preço, o valor de um laudo custa em média cinco mil reais. Disse que no laudo consta que o endereço do perito extrajudicial é na Avenida T-47, 480, sala 2, no Setor Bueno, e no empenho 33.185/2023, consta o mesmo endereço como sendo o de Valmiro. Disse que fez uma diligência no local, onde consta um escritório, e o proprietário Sebastião José do Nascimento afirmou que Valmiro nunca trabalhou naquele escritório, e isso é um vício grave no laudo e configuraria crime de falsidade ideológica. Disse ainda que ele foi preso em flagrante e condenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal por crime de corrupção passiva, por negociar ilegalmente um laudo no qual atuava como perito judicial, e essa negociação teria o valor de dois mil reais. Disse ainda que ele foi excluído dos quadros de peritos da Justiça, e questionou porque ele teria sido escolhido para fazer um laudo grafotécnico para a Câmara. Falou sobre os quatro peritos cujos currículos havia lido no início de sua fala, e disse que eles assinavam um laudo grafotécnico que apresentava, e disponibilizaria para a imprensa, e seriam quarenta e três páginas de laudo, confirmando que as suas assinaturas seriam verdadeiras, isentando sua equipe de qualquer acusação. Requereu ao presidente que se apurasse a contratação desse perito, responsabilizando a quem de direito, e que será solicitado ao Ministério Público tais providências. Disse que nunca permitiu ou solicitou que alguma outra pessoa assinou em seu lugar, e que dá por encerrada a questão das suas assinaturas, e pediu que se iniciasse uma investigação sobre esse laudo. - DOMINGOS PAULA: Cumprimentou os presentes e aos ouvintes daquela sessão ordinária transmitida pela mídia. Argumentou sobre requerimento encaminhado anteriormente pelo vereador Policial Federal Suender que solicitava informação sobre o conteúdo constante no Portal Transparência, e



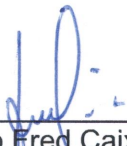
sua resposta ao referido pedido. Apresentou esclarecimentos sobre o conteúdo do seu holerite de vereador; e o dito para o Policial Federal Suender referente ao salário de vereador. Apresentou ainda, esclarecimentos com relação ao tramite da denúncia recebida na ouvidoria contra o vereador Policial Federal Suender; e informou que estaria encaminhando ainda os documentos da perícia grafotécnica para o Conselho de Ética daquela Casa de Leis. - **ORDEM DO DIA:** Foi feita a verificação dos presentes e constatado o quórum suficiente. Houve votação de projetos: EM PRIMEIRA E ÚNICA VOTAÇÃO: **1- Projeto de Decreto Legislativo 12/2022**, de autoria da vereadora Seliane da SOS. Concede Título de Cidadão Anapolino ao Senhor HENRY LAURO MAIER, e dá outras providências. Retirado de pauta por ausência da autora em plenário. - EM SEGUNDA VOTAÇÃO: **1- Projeto de Lei Ordinária 227/2021**, de autoria do vereador Professor Marcos. Dispõe sobre a implantação de medidas de informação à gestante e parturiente sobre a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, Proteção Contra a Violência Obstétrica, no âmbito Município de Anápolis. Aprovado por unanimidade dos presentes. **2- Projeto de Lei Ordinária 217/2022**, de autoria do vereador Cabo Fred Caixeta. Dispõe sobre o direito de realização de novo teste de COVID-19 na Rede Pública Municipal de Saúde de Anápolis, para paciente que testar positivo. Aprovado por unanimidade dos presentes. - EM PRIMEIRA VOTAÇÃO: **1- Projeto de Lei Ordinária 2/2022**, de autoria da vereadora Thaís Souza. Disponibiliza, por meio da rede municipal de saúde e bem estar animal, atendimento veterinário itinerante para avaliar e tratar animais comunitários e animais de estimação tutelados por pessoas de baixa renda. Aprovado por unanimidade dos presentes. Foi apresentada e votada emenda ao projeto original. Houve votação de Moção, Indicação e Requerimentos. - **COMUNICAÇÕES:** Usaram a palavra: Hélio Araújo, João Feitosa, Delcimar Fortunato, Policial Federal Suender, Frederico Godoy, Cabo Fred Caixeta, Eli Rosa, Jakson Charles e José Fernandes. Sem nada mais a se tratar, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, e convocou outra para o dia quinze (15) de março, em



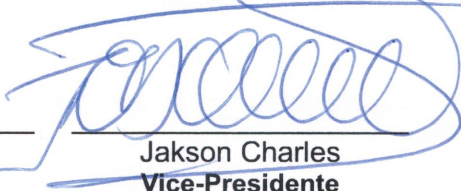
horário regimental. Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio e vídeo dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, com auxílio de Sabrina Santos Rufino, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora dessa Casa de Leis.*****



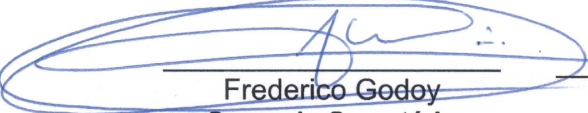
Domingos Paula de Souza
Presidente



Cabo Fred Caixeta
Primeiro Secretário



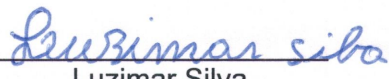
Jakson Charles
Vice-Presidente



Frederico Godoy
Segundo Secretário



Cleide Hilário
Terceira Secretária



Luzimar Silva
Quarto Secretário